

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras
intermediárias
em 30 de setembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed.The Office
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGás ("Companhia") em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direito oriundo de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 30 de setembro de 2014, a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Outros assuntos***Revisão dos valores correspondentes***

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao semestre findo em 30 de setembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por nós e emitimos relatórios datados em 4 de fevereiro de 2014 e 26 de novembro de 2013, respectivamente, contendo ressalva semelhante a descrita no parágrafo “base para conclusão com ressalva”. As demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, não foram apresentadas anteriormente e não foram, portanto, revisadas por nós e nem por outros auditores independentes.

Florianópolis, 17 de novembro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	01 de jun à 30 set de 2014	01 de jan à 30 set de 2014	01 de jun à 30 set de 2013	01 de jan à 30 set de 2013
Receita líquida - Venda de gás	17 a	181.896.444	536.995.072	173.497.966	496.845.204
Receita de construção - CPC 17	17 b	7.544.765	20.994.045	8.444.449	21.599.343
		<u>197.126.113</u>	<u>557.989.117</u>	<u>181.942.415</u>	<u>518.444.547</u>
Custo dos produtos vendidos	18	(156.960.750)	(451.436.161)	(165.710.728)	(444.934.346)
Custo de construção - CPC 17	17 b	(7.544.765)	(20.994.045)	(8.444.449)	(21.599.343)
		<u>(172.190.419)</u>	<u>(472.430.206)</u>	<u>(174.155.177)</u>	<u>(466.533.689)</u>
Lucro bruto		<u>24.935.694</u>	<u>85.558.911</u>	<u>7.787.238</u>	<u>51.910.858</u>
Despesas operacionais					
Despesas de vendas		(1.861.714)	(5.112.665)	(1.132.604)	(4.338.023)
Despesas administrativas		(5.572.003)	(16.164.225)	(4.511.629)	(13.969.014)
Outros resultados operacionais		(1.313.887)	(3.434.235)	(773.214)	(1.505.300)
		<u>(8.747.604)</u>	<u>(24.711.125)</u>	<u>(6.417.447)</u>	<u>(19.812.337)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>16.188.090</u>	<u>60.847.786</u>	<u>1.369.791</u>	<u>32.098.521</u>
Receitas financeiras		944.591	2.193.616	584.422	1.219.156
Despesas Financeiras		(83.235)	(144.932)	(36.447)	(210.749)
		<u>861.356</u>	<u>2.048.684</u>	<u>547.975</u>	<u>1.008.407</u>
Lucro operacional antes dos impostos		<u>17.049.446</u>	<u>62.896.470</u>	<u>1.917.766</u>	<u>33.106.928</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6.254.574)	(22.168.893)	(394.069)	(11.874.910)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		265.737	743.131	(21.739)	854.710
		<u>(5.988.837)</u>	<u>(21.425.762)</u>	<u>(415.808)</u>	<u>(11.020.200)</u>
Lucro líquido do período		<u>11.060.609</u>	<u>41.470.708</u>	<u>1.501.958</u>	<u>22.086.728</u>
Lucro por ação		<u>1,0289</u>	<u>3,8579</u>	<u>0,1397</u>	<u>2,0547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	01 de jun à 30 set de 2014	01 de jan à 30 set de 2014	01 de jun à 30 set de 2013	01 de jan à 30 set de 2013
Lucro líquido do período	11.060.609	41.470.708	1.501.958	22.086.728
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>11.060.609</u>	<u>41.470.708</u>	<u>1.501.958</u>	<u>22.086.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Reservas de lucro						Dividendos a disposição da AGO	Total
	Capital Social	Legal	Retenção estatutária	Retenção de lucros	Reserva Especial Dividendos	Lucros Acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	121.544.940	24.308.987	-	48.264.600	-	-	-	194.118.527
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	22.086.726	-	22.086.726
Saldos em 30 de setembro de 2013	121.544.940	24.308.987	-	48.264.600	-	22.086.726	-	216.205.253
Saldos em 31 de dezembro de 2013	121.544.940	24.308.987	-	48.264.599	5.642.691	-	22.398.138	222.159.355
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	41.470.708	-	41.470.708
Destinações								
Pagamento de dividendos de 2013	-	-	-	-	5.642.691	-	-	5.642.691
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	10.702.779	-	-	10.702.779	-
Reserva Estatutária	-	-	11.695.359	-	-	-	11.695.359	-
Saldos em 30 de setembro de 2014	121.544.940	24.308.987	11.695.359	58.967.378	-	41.470.708	-	257.987.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013

(Em Reais)

	30/09/2014	30/09/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	41.470.708	22.086.728
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	18.750.440	20.479.232
Constituição de provisão para contingências passivas	558.557	(780.661)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	249.581	125.794
Constituição de provisão de fornecedores	2.365.688	3.644.847
Apropriação de administradores cedidos	412.790	412.790
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(743.131)	(854.710)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	(12.144.159)	(3.311.988)
Baixa bens do intangível	448.446	33.410
	<u>51.368.920</u>	<u>41.835.442</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(20.385.479)	(28.050.558)
Tributos a recuperar	(14.667.126)	(863.969)
Estoques	(394.773)	(277.124)
Adiantamento a Fornecedores	(2.544.358)	75.725
Outras contas do ativo	2.797.847	(1.086.890)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	5.825.314	14.821.419
Obrigações tributárias	(1.675.765)	(1.503.245)
Imposto de renda e contribuição social	15.136.196	(999.924)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.792.918)	(1.780.724)
Cauções em garantia	(5.976)	(101.982)
	<u>(17.707.038)</u>	<u>(19.767.272)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>33.661.882</u>	<u>22.068.170</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	<u>(14.872.400)</u>	<u>(20.301.983)</u>
Caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(14.872.400)</u>	<u>(20.301.983)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(5.642.691)	-
Pagamento de empréstimos	<u>-</u>	<u>(3.396.751)</u>
Caixa consumido nas atividades de financiamento	<u>(5.642.691)</u>	<u>(3.396.751)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	<u>13.146.791</u>	<u>(1.630.564)</u>
Caixa e equivalentes no início do período	<u>48.288.507</u>	<u>37.885.121</u>
Caixa e equivalentes no final do período	<u><u>61.435.298</u></u>	<u><u>36.254.557</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até setembro de 2014, foram distribuídos pela SCGÁS 500 milhões de metros cúbicos de gás natural. A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.072 Km de rede de distribuição (*).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em reunião realizada em 17 de novembro de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(*) Informações não revisadas.

As informações sobre estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 – Intangíveis
- Nota 5 (i) – Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- Nota 14 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2014 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2013, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/14	31/12/13
Caixa	6.064	6.519
Bancos conta movimento	4.778.834	41.140.119
Aplicações Financeiras	56.553.751	640.460
Numerários em Transito	96.649	6.501.409
	61.435.298	48.288.507

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	30/09/14	31/12/13
Banco do Brasil	100% CDB	97% CDI	3.064.260	-
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	99% CDI	53.489.491	640.460
			56.553.751	640.460

5 Contas a receber de clientes

	30/09/14	31/12/13
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	48.414.128	44.387.927
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.494.253)	(1.244.672)
Parcelamento Clientes	4.949.711	4.949.711
(-) juros a transcorrer	<u>(1.036.288)</u>	<u>(853.653)</u>
	<u>50.833.298</u>	<u>47.239.313</u>
Não Circulante		
Distribuição de gás canalizado	49.570.862	30.116.317
Parcelamento Clientes	1.649.904	5.362.187
(-) juros a transcorrer	<u>(513.689)</u>	<u>(1.313.340)</u>
	<u>50.707.077</u>	<u>34.165.164</u>

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de junho de 2014, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	51.034.369	487.987	552.323	44.489	1.244.672	53.363.840
Cientes - Não Circulante	3.753.604	6.644.735	6.031.043	12.194.016	22.597.368	51.220.766
	<u>54.787.973</u>	<u>7.132.722</u>	<u>6.583.366</u>	<u>12.238.505</u>	<u>23.842.040</u>	<u>104.584.606</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.244.672
Provisão constituída no período	<u>249.581</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>1.494.253</u>

(ii) Plano fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 49.570.862 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Durante o exercício social de 2013 e 2014 a SCGÁS assinou renegociação com alguns clientes, sendo que estes retiraram as ações judiciais que moviam contra a SCGÁS referente a suspensão do Plano de Fidelidade.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

6 Outras contas a receber

	30/09/14	31/12/13
Devedores diversos	1.673.583	1.850.408
Bancos conta movimento - Bloqueado Judicialmente	-	2.891.222
Alienação em curso	10.037	10.036
	1.683.620	4.751.666
+		

Em dezembro de 2013 o Ministério Público do Trabalho impetrou processo trabalhista nº 0011307-34.2013.5.12.0034 para garantir direitos trabalhistas de uma contratada da SCGÁS que não cumpriu com as obrigações trabalhistas com seus empregados. O bloqueio inicial foi da ordem de R\$ 2,9 milhões e parte deste valor, R\$27.322, já foi utilizado para pagamento de verbas trabalhistas aos empregados da contratada. Em fevereiro de 2014 a Assessoria Jurídica da SCGÁS conseguiu o desbloqueio dos valores, sendo este retornado a conta corrente da SCGÁS.

7 Tributos diferidos

	30/09/14	31/12/13
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	338.214	148.305
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	508.046	423.189
Provisão PLR	767.971	0
Mudança critério Amortização	(387.358)	(355.713)
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	461.860	729.821
	1.688.733	945.602

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 461.860 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 729.821 em 31 de dezembro de 2013) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

8 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 36.762.552 (R\$ 29.081.606 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a diferença entre os volumes de gás transportados e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.081.606
(+) Adições	2.500.687
(+) Ajustes Petrobras	43.672
(+) Atualização	5.136.587
Saldo em 30 de setembro de 2014	36.762.552

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m ³	m ³ Volume	Data Projeção Recuperação
Ano 8 - Abr/07 a Mar/08	70.206.398	Out/14 a Mar/17
Ano 9 - Abr/08 a Mar/09	27.196.549	Mar/17 a Ago/17
Ano 10 - Abr/09 a Mar/10	43.299.567	Ago/17 a Mai/18
Ano 11 - Abr/10 a Mar/11	36.187.455	Mai/18 a Nov/18
Ano 12 - Abr/11 a Mar/12	20.394.065	Nov/18 a Abr/18
Complementar 2011/2012	264.182	Nov/18 a Abr/18
Ano 13 - Abr/12 a Mar/13	22.170.431	Abr/19 a Jul/19
Ano 14 - Abr/13 a Mar/14	14.250.342	Jul/19 a Out/19
Total a recuperar	<u>233.968.989</u>	

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	30/09/14	31/12/13
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	344.892.285	340.758.763
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	67.014.822	68.031.320
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.497.219	1.405.827
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.700.755	3.211.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	559.159	559.159
Sistema de gestão	10%	1.301.125	1.233.125
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	<u>47.432.934</u>	<u>36.774.546</u>
		468.348.410	453.924.457
(-) Amortização acumulada		<u>(276.346.352)</u>	<u>(257.595.913)</u>
		<u>192.002.058</u>	<u>196.328.544</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 30 de setembro de 2014 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	CIAP - ICMS	Baixas	Crédito tributário	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 30/09/2014
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	140.274.828	-	(3.161.988)	(13.688)	(63.332)	(4.392)	7.376.922	(16.722.137)	127.686.213
Aparelhos, máquinas e equipamentos	16.194.651	762.756	(1.047.751)	-	(114.927)	(1.001.774)	385.198	(1.739.689)	13.438.464
Equipamentos e móveis administrativos	439.454	96.010	-	(4.617)	-	-	-	(70.829)	460.018
Sistemas e equipamentos de informática	1.191.139	489.149	-	-	-	-	-	(133.455)	1.546.833
Benfeitorias em imóveis de terceiros	335.845	-	-	-	-	-	-	(32.457)	303.388
Sistema de gestão	225.588	68.000	-	-	-	-	-	-	293.588
Software	504.503	-	-	-	-	-	-	(51.873)	452.630
Intangível a amortizar	<u>36.774.546</u>	<u>22.304.541</u>	<u>(3.362.324)</u>	<u>(521.709)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.762.120)</u>	<u>-</u>	<u>47.432.934</u>
	<u>196.328.544</u>	<u>23.720.456</u>	<u>(7.572.063)</u>	<u>(540.014)</u>	<u>(178.259)</u>	<u>(1.006.166)</u>	<u>-</u>	<u>(18.750.440)</u>	<u>192.002.058</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o

prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994. Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 30 de setembro de 2014 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	30/09/14	31/12/13
Fornecedor de Gás - Petrobras	115.038.689	115.168.100
Fornecedores de materiais e serviços	6.812.703	7.758.600
	<u>121.851.392</u>	<u>122.926.700</u>

11 Obrigações tributárias

	30/09/14	31/12/13
Cofins a recolher	605.745	187.592
Pis a recolher	131.510	40.728
ICMS a recolher	1.064.330	1.436.352
Outros	144.954	1.347.411
	<u>1.946.539</u>	<u>3.012.083</u>

12 Tributos a recuperar e a pagar

(i) Impostos de renda e contribuição social a pagar / recuperar

	30/09/14	31/12/13
Imposto de renda pessoa jurídica	3.649.334	3.401.307
Contribuição social sobre o lucro	(350.177)	(5.795.412)
	<u>3.299.157</u>	<u>(2.394.105)</u>

(ii) Imposto a recuperar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 a Companhia reconheceu em 2014 créditos de ICMS sobre aquisição de ativo fixo.

Circulante	30/09/2014	31/12/2013
ICMS a Recuperar	3.240.215	-
ICMS a Recuperar - CIAP	1.512.212	-
	<u>4.752.427</u>	<u>-</u>
 Não Circulante		
ICMS a Recuperar - CIAP	1.081.986	-
	<u>1.081.986</u>	<u>-</u>

13 Dividendos propostos a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 7.854.422, (R\$ 6.602.395 a título de JSCP, imputados ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 1.252.027 como dividendos complementar, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Em 28/04/2014 a AGO deliberou sobre a proposta de destinação dos dividendos conforme a memória de calculo abaixo:

Lucro do exercício	31.417.688
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.854.422
Juros sobre capital próprio	<u>(6.602.395)</u>
 Dividendos propostos	 <u>1.252.027</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis e trabalhistas e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 994.747 (R\$436.191 em 31 de dezembro de 2013) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhista	Total
Provável	84.922	909.825	994.747
Possível	8.419.369	6.567.645	14.987.014
Remota	<u>1.565.635</u>	<u>70.500</u>	<u>1.636.135</u>
	<u>10.069.926</u>	<u>7.547.970</u>	<u>17.617.896</u>

Do valor de R\$ 8.419.369, classificado como processo cível, R\$ 8.350.000 é referente a ação impetrada contra a empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S/A - TBG onde a SCGAS é 2º ré. Do valor de R\$ 6.567.645, classificado como processo trabalhista e que possui probabilidade de perda possível, R\$ 5.000.000 na avaliação dos advogados refere-se a processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a SCGAS por conta de verbas trabalhistas não pagas por um empreiteira contratada que abandonou canteiro de obras do ramal Serra Catarinense. A assessoria jurídica da SCGAS ingressou com a defesa com recurso junto a Justiça do Trabalho e aguarda o andamento do processo.

Ativos contingentes

Em 2000, a COPAT - Comissão Permanente de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina se manifestou desfavorável à utilização dos créditos de ICMS relativos aos ativos permanentes. A Companhia entrou com ação declaratória de reconhecimento do direito de utilização do crédito do ICMS sobre ativo fixo, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, que foi julgada procedente em primeira instância. Inicialmente na segunda instância foi julgado improcedente, o que levou a SCGÁS a ingressar com um agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça em Brasília, que julgou procedente e determinou ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reformar a decisão.

Em dezembro de 2013 o processo foi transitado e julgado dando ganho de causa a SCGÁS.

Como base na decisão favorável a Companhia irá protocolar pedido junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina para ter a declaração dos referidos créditos. Em 2014 a SCGÁS protocolou junto a SEFAZ pedido para que seja homologado o valor do crédito a ser utilizado, sendo que em agosto de 2014 foi compensado de forma imediata o montante de R\$ 4.843.309; e R\$ 1.135.352 que será compensado na forma do CIAP. O referido saldo de ICMS foi apresentado na nota explicativa 12 – Tributos a Recuperar.

15 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 30 de setembro de 2014, o montante de R\$ 200.152 e R\$ 1.132.953 (R\$ 208.759 e R\$ 1.130.322 em 31 de dezembro de 2013) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2013), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

b. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2013 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

c. Reserva Estatutária

A reserva Estatutária foi constituída por decisão da AGO de 28-04-2014 e tem por finalidade reter parcela do lucro não realizado financeiramente decorrente do montante questionado por parte de clientes relativo a parcela do Plano de Fidelidade suspenso em agosto de 2012. A reserva estatutária fica limitada a 50% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

e. Reserva Especial

Conforme ata de AGO realizada em 13/06/2013 definiu-se que os dividendos de 2012 seriam pagos até o dia 31 de dezembro de 2013, ou antes, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia. Entretanto em 30/12/2013 os acionistas reunidos em AGE aprovaram a transferência dos dividendos ora provisionados para conta de reserva especial no patrimônio líquido, sendo o pagamento efetuado em 30/09/2014.

17 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receita bruta	686.161.184	628.809.257
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	(25.081)	(4.938)
ICMS sobre vendas	(76.670.410)	(66.230.014)
ICMS - ST	(9.920.698)	(8.327.733)
PIS sobre vendas	(11.157.551)	(10.239.163)
COFINS sobre vendas	(51.392.372)	(47.162.205)
Receita Líquida	<u>536.995.072</u>	<u>496.845.204</u>

b. Receitas e custos de construção

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, do CPC 17 - Contrato de Construção e do CPC 30 - Receitas.

	30/09/14	30/09/13
Receita de construção	20.994.045	21.599.343
Custos Construção	<u>(20.994.045)</u>	<u>(21.599.343)</u>
Receita Operacional Líquida de Construção	-	-

18 Custo dos produtos vendidos

	30/09/14	30/09/13
Custo Gás natural	421.511.877	412.658.494
Custo Pessoal	2.325.686	1.992.275
Materiais	718.659	577.776
Serviços terceiros	4.564.658	4.823.740
Alugueis	3.441.107	4.801.044
Gerais	71.348	60.562
Amortização	18.802.825	20.020.455
	<u>451.436.161</u>	<u>444.934.346</u>

19 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

Composição dos saldos	30/09/14	31/12/13
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.381.620	1.700.344
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	36.762.552	29.081.607
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	115.038.689	115.168.100
Composição dos saldos	30/09/14	30/09/13
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	28.331.984	29.560.651
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	554.789.655	527.072.277

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	30/09/14	30/09/13
Conselho de administração	99.994	94.727
Conselho fiscal	53.330	56.906
Diretores	578.934	575.365
	<hr/>	<hr/>
	732.258	726.998
	<hr/>	<hr/>

20 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS está avaliando alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 20 milhões e também crédito de um cartão corporativo de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até setembro de 2014 este risco está reconhecido no resultado na composição do custo do gás e seu efeito até o 3º trimestre de 2014 foi positivo no montante de R\$ 26 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	30/09/14	31/12/13
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	61.435.298	48.288.507
Contas Receber Clientes	101.540.375	81.404.477
Passivos		
Fornecedores	121.851.392	122.926.700

Análise de sensibilidade

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montante Exposto	Indicador
Aplicações Financeiras	56.553.751	CDI 10,80%
Adiantamento a Fornecedores	36.762.552	m3 0,130900

O cenário-base provável para 30.09.2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Saldo em 30/09/2014	Provável	Sensibilidade ? + 25%	? + 50%
Aplicação financeira - CDI	56.533.751	6.447.128	8.058.910	9.670.691
Adiantamento a fornecedor - m3	36.762.552	4.812.218	6.015.273	7.218.327

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros.